



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 17/2007 -----

-----Aos dezassete dias do mês de Agosto do ano de dois mil e sete, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dra. Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.** -----

-----Secretariou a presente reunião, a Técnica Profissional – 1ª Classe, Maria da Conceição Antunes Pereira, na ausência do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes, em virtude de se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificadas as faltas das Senhoras Vereadoras Drª. Elsa Correia e Drª. Maria José Freixinho, à presente reunião.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 16 de Agosto de 2007, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **772.478,02 € (Setecentos e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e oito euros e dois cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----1.1 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA-----

-----1.1.1 – ANIMAÇÃO DAS PRAIAS FLUVIAIS/ 2007-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se às actividades que estão a ser desenvolvidas pela Câmara Municipal e respectivas Juntas de Freguesia no âmbito do programa de Animação das Praias Fluviais do Concelho, reconhecendo que se trata de uma boa iniciativa. Ainda sobre este assunto questionou o Sr. Presidente sobre se as Praias Fluviais do concelho apresentam alguma segurança, nomeadamente no que diz respeito à sua vigilância por Nadadores Salvadores.-----

-----Relativamente à segurança e assistência nas Praias Fluviais do concelho e sua divulgação nos órgãos da comunicação social, o Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu o seguinte: -----

-----“Refiro-me a uma reportagem recente, creio que da semana passada, na TVI e também a uma reportagem no Jornal de Notícias, edição do passado mês de Julho, e ainda a uma “má” divulgação da Praia Fluvial de Avô no Jornal “Público”, na secção *praiaspúblico.pt*. Creio que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

todos conhecemos a qualidade do equipamento turístico da Praia Fluvial de Avô e o avultado investimento lá feito, considerando quer as obras de requalificação inicialmente feitas, quer as obras de recuperação dos danos provocados pelas intempéries do último Inverno. Nas várias reportagens, quer da TVI quer do Jornal de Notícias, é elogiada a qualidade do espaço, das infraestruturas e dos equipamentos da Praia Fluvial de Avô. Foi no entanto registada a falta de condições de segurança designadamente a falta de equipamentos, em especial e particularmente a falta de Nadadores Salvadores. Situação que é repetida na reportagem do Jornal de Notícias relativamente à Praia Fluvial de São Sebastião da Feira, é referida a qualidade dos vários espaços mas é sempre citada a questão da falta de segurança, nomeadamente a falta de bóias e de Nadadores Salvadores. Situação que se repete também com as Praias Fluviais de Ponte das Três Entradas e Alvôco das Várzeas. Em 2006, no Verão passado, o Município desenvolveu um curso de Nadadores Salvadores, saíram vários formandos do curso, gostava de saber se algum deles está colocado nas Praias Fluviais do concelho e bem assim porque é que a Praia Fluvial de Avô tem estado sem Nadador Salvador, e quando é que se pretende promover um plano ou uma solução para resolver esta situação, apelando naturalmente ao empenhamento do executivo em permanência no sentido da resolução desta situação, ou seja na criação de condições para melhorar a segurança e a assistência nas zonas balneares do concelho. -----

-----Quanto à divulgação da Praia Fluvial de Avô na secção *praiaspúblico.pt*, eu proponho que se esclareça a edição daquela secção do Jornal “Público”, acerca das valências e qualidades do espaço da praia fluvial. Já que se faz a divulgação entendo que a mesma deve ser feita com qualidade e eficácia, e que a propaganda de alguma forma não desvirtue as qualidades associadas àquele espaço. Acerca das características da Praia Fluvial de Avô é ainda referido o acesso à estrada, a falta de bandeira azul, a ausência de vigilância e de nadador salvador e ainda a falta de sinalização e restaurantes em toda a sua área envolvente. Entendo que esta informação merece ser clarificada e esclarecida junto daquele órgão de comunicação social, para que sejam apresentadas e repostas as verdadeiras características daquele espaço.” -----

-----O Sr. Presidente informou que, por se tratar de uma praia certificada, apenas existe Nadador Salvador na praia fluvial de Alvôco das Várzeas, estando este a exercer a sua actividade apenas aos sábados, domingos e feriados, dado que durante os dias úteis da semana não há afluência que justifique a sua permanência no local. Quanto à ausência de Nadadores Salvadores nas restantes praias fluviais do concelho, esclareceu que a mesma se deve ao facto de estas ainda não serem detentoras da respectiva certificação, processo que se encontra em curso no caso de Avô, São Gião e São Sebastião da Feira. Informou ainda que no início do Verão, aquando da realização de análises às respectivas águas, se verificaram índices elevados de salmonelas, perigo para o qual os Srs. Banhistas foram de imediato advertidos mediante a afixação de aviso, procedimento que é seguido sempre que tal se verifique. -----

-----Referiu ainda entender que uma praia não pode apenas ser considerada como um local para tomar banho, mas também como um espaço de lazer, sendo a iniciativa de animação das praias fluviais um desses exemplos. -----

-----Deu ainda conta que dos oito Nadadores Salvadores que concluíram o curso, promovido no ano transacto, com aprovação, seis eram do Concelho de Oliveira do Hospital, fazendo saber que quatro se encontram a prestar serviço nas Piscinas Municipais e na já referida praia de Alvôco. Disse ainda que foi feita uma tentativa no sentido de realizar um novo curso de Nadadores Salvadores no presente ano, mas que o mesmo não se concretizou por não existirem inscrições em número suficiente. -----

-----**1.1.2 – LIMPEZA FLORESTAL DE TERRENOS / MATAS**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

-----Relativamente ao assunto em epígrafe e na sequência do assunto exposto em reunião camarária de 20 de Julho do corrente ano, o Sr. Vereador Albano Almeida manifestou a sua dúvida quanto à forma como estão a ser processados os trabalhos de limpeza florestal dos terrenos e matas que possam constituir perigo de incêndio, referindo desconhecer se os mesmos estão ou não devidamente enquadrados na Lei. Considera que os terrenos e as matas não devem ser limpos mas sim tratados de forma a proteger os seus ecossistemas, salientando que a referida limpeza deve ser efectuada junto às bermas dos caminhos e das estradas a fim de evitar qualquer eclosão de fogo. -----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente esclareceu que todos os Autos de Notícia instaurados pelas Equipas de Protecção Florestal da GNR dizem respeito à limpeza de terrenos que se encontram numa faixa de protecção de 50 metros junto a casas de habitação, elevando o perigo, em caso de incêndio, face à existência de grandes quantidades de vegetação espontânea. Fez ainda saber que é um processo que tem decorrido dentro da normalidade, atendendo a que os respectivos proprietários têm providenciado a limpeza dos seus terrenos de imediato, quer recorrendo a meios próprios, quer recorrendo às Associações concelhias devidamente certificadas para o efeito, citando como exemplo a CAULE e a Cooperativa de Alvôco das Várzeas. -----

-----**1.1.3 – KIT’S FLORESTAIS**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe e na sequência de algumas questões abordadas na comunicação social acerca do mesmo, o Sr. Vereador Albano Almeida referiu ter tido conhecimento de que o Sr. Presidente se insurgiu contra a distribuição deste equipamento às Juntas de Freguesia. Mais referiu não se tratar de uma ideia nova atendendo a que já alguns anos que se fala na distribuição destes Kit’s descentralizados nas Juntas de Freguesia, tendo inclusivamente sido posto em prática em algumas regiões do país. Referiu ainda desconhecer a forma como os referidos Kit’s irão funcionar, mas reconhece tratar-se de uma boa solução para o combate a incêndios florestais desde que se preveja antecipadamente a sua aplicabilidade. -----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente esclareceu que apenas referiu que, na sua opinião, “aquele projecto era absurdo” uma vez que no seu entender o mais importante era inicialmente saber se as Juntas de Freguesia tinham ou não condições, ou seja viaturas, para receber os referidos Kit’s.” -----

-----**1.1.4 – ASSALTOS NA CIDADE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu ter tido conhecimento da ocorrência de novos assaltos a alguns estabelecimentos com sede em Oliveira do Hospital, salientando a necessidade de recomendar às autoridades policiais do concelho a reformulação dos serviços de vigilância nocturna na cidade de forma a garantir maior segurança a todos os habitantes/ comerciantes. -----

-----O Sr. Presidente referiu já ter dialogado sobre o assunto com o Sr. Comandante do Posto de Oliveira do Hospital tendo, mais uma vez, sido informado de que a Guarda Nacional Republicana de Oliveira do Hospital não dispõe de meios humanos em número suficiente para assegurar adequadamente os serviços de vigilância nocturna no concelho. -----

-----**1.1.5 – VALORIZAÇÃO DA ROTUNDA ARMINDO LOUSADA – “MONUMENTO AO EMPRESÁRIO”**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador Albano Almeida congratulou-se com a escultura do “Monumento ao Empresário” recentemente implantada na Rotunda Armindo Lousada, sita na cidade de Oliveira do Hospital, considerando a sua simbologia “as mãos do trabalho” muito interessante. -----

-----O Sr. Presidente informou os senhores vereadores de que a inauguração do espaço em causa irá realizar-se no próximo dia 1 de Setembro do corrente ano, para a qual estão previstas diversas actividades a levar a efeito no Fórum Romano de Bobadela. Por fim esclareceu que há pormenores do monumento que só ficarão activos após a sua inauguração, citando como exemplo a iluminação e os jactos de água. -----

----- **1.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO** -----

----- **1.2.1 – CARTÃO SOCIAL MUNICIPAL** -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara do seguinte: -----

-----“O Cartão Social Municipal foi uma medida louvável, que aqui em devido tempo reconheci, pese embora o atraso com que foi implementado e disponibilizado ao público. Acho que chegou o momento de efectuarmos o balanço porque de alguma forma as boas práticas de implementação de iniciativas obrigam à sua avaliação. Neste sentido questionava o Sr. Presidente sobre quantas entidades é que aderiram a esta iniciativa, qual o número de munícipes que aderiram à emissão do referido cartão, quantos jovens e quantos idosos, se já foi feita uma avaliação da implementação e utilização do Cartão Social Municipal, até para corrigir eventuais situações, e ainda saber qual o grau de satisfação e insatisfação dos seus beneficiários e aderentes. Em suma, saber se foram atingidos os objectivos subjacentes à criação do Cartão Social Municipal.” -----

-----O Sr. Presidente informou que o Cartão Social Municipal está em funcionamento, esclarecendo que houve 297 inscrições no total, sendo que no ano de 2007 apenas houve 14 inscrições. No que diz respeito às entidades aderentes informou que aderiram a esta iniciativa cerca de 120 empresas/empresários em nome individual. -----

----- **1.2.2 – FUNCIONAMENTO E ACTIVIDADES DO SERVIÇO DE APOIO LOCAL AO EMPRESÁRIO** -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: -----

-----“Recordo que o Serviço de Apoio Local ao Empresário foi implementado no anterior mandato através de uma parceria celebrada entre a ACIC e o Município de Oliveira do Hospital. Foi também uma iniciativa/ projecto que na altura reputei de meritório. Na altura foi disponibilizado um espaço pelo Município para implementar o serviço, foi adquirido um sistema informático dotado de videoconferência para apoio técnico a empresários, foi contratada uma Técnica Superior para dar apoio aos empresários e encaminhar as várias situações emergentes. Que balanço pode ser efectuado sobre as actividades desenvolvidas pelo Serviço de Apoio Local ao Empresário. Acho que era importante que fossem conhecidas as informações sobre o número de atendimentos realizados, as actividades desenvolvidas de apoio ao sector empresarial, que tipo de acções de divulgação de programas foram desenvolvidas, que apoio técnico foi disponibilizado e de que tipo. Em suma, é indispensável que seja disponibilizada informação que de alguma forma efectue o balanço de funcionamento do SALE - Serviço de Apoio Local ao Empresário. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara referiu que o SALE - Serviço de Apoio Local ao Empresário se tem caracterizado por uma muito reduzida procura por parte dos empresários locais. Esclareceu ainda que o serviço de videoconferência não funcionou como era previsto inicialmente, também



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

devido a essa reduzida ou quase nula procura, tendo a própria ACIC já reconhecido algum insucesso neste projecto, não só em Oliveira do Hospital mas também na maior parte dos concelhos em que o serviço foi implementado, pelo que foi realizada uma nova acção de formação para os técnicos envolvidos inicialmente, bem como para os funcionários afectos às UAC's, estando a ser equacionado em paralelo alterações ao seu modelo de funcionamento. Sobre a Técnica Superior inicialmente contratada para dar apoio e aconselhamento aos empresários disse que a mesma tem estado a trabalhar conjuntamente com a Sra. Vereadora da Educação, Dr^a. Fátima Antunes, realizando inúmeras tarefas no domínio da Educação, nomeadamente no programa de Enriquecimento Curricular, bem como na elaboração e acompanhamento de diversas candidaturas, nomeadamente ao POS_C – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento. -----

-----Por fim referiu que a sua preocupação neste momento, com esta matéria, não é tão elevada, dado que a Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital tem exercido um papel muito importante junto dos comerciantes, que de alguma forma são os empresários que sentem mais dificuldades por força da sua dimensão, esperando que na próxima época natalícia a entidade consiga efectuar uma boa campanha com animação nas ruas para cativar mais clientes, de forma a elevar as vendas e por conseguinte os rendimentos gerados. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco referiu que: “em suma, o SALE não funciona, nem funcionou”.-----

-----**1.2.3 – FISCALIZAÇÃO DAS PISTAS DE DIVERSÃO (CARRINHOS DE CHOQUE)**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara do seguinte: -----

-----“Na sequência da morte de uma criança de 6 anos, vítima de electrocussão numa pista de carrinhos de choque em Oliveira de Azeméis, e colocando-me numa postura de alerta e de prevenção, gostaria de saber que procedimentos é que estão a ser adoptados pelos serviços da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital no licenciamento destas actividades no concelho, ou seja, como é que é efectuado o licenciamento destas pistas de diversão e se o Município está a efectuar a fiscalização daquelas que se instalam periodicamente no concelho de Oliveira do Hospital. Alerto para que estas questões sejam entendidas pela necessidade de implementar uma cultura de segurança e prevenção.”-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que a única festa no concelho de Oliveira do Hospital que acolhe este tipo de equipamento de diversão é a realizada no Senhor das Almas, freguesia de Nogueira do Cravo, inteiramente organizada pela Irmandade do Divino Senhor das Almas. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra questionou o Sr. Presidente da Câmara se uma vez que se trata de uma actividade pública não terá que ser objecto de fiscalização e a quem é que a compete efectuar, ao que aquele responsável referiu que de acordo com a legislação em vigor essa competência é da Câmara Municipal, reconhecendo que a mesma não tem técnicos habilitados para verificar as condições de segurança desse tipo de equipamentos, pelo que em caso de necessidade terá de recorrer a técnicos e/ou empresas habilitadas para o efeito.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo esclareceu que desde 1996 essa competência passou da IGAC para a alçada das Câmaras Municipais, e está regulamentada pelo Decreto-Lei nº 309/2002. Mais referiu que a Câmara Municipal ou tem uma atitude meramente administrativa e defere, simplesmente, o licenciamento ou, tem uma atitude fiscalizadora, actua e afere se os recintos têm condições de segurança, e isso é que é o mais importante.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente salientou que o mais importante neste momento é alertar as Comissões de Festas, nomeadamente as que costumam ter este tipo de diversões, para a necessidade do seu licenciamento junto da Câmara Municipal. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida lembrou a necessidade de nestas situações serem exigidos dois documentos, nomeadamente uma garantia de segurança e um seguro.-----

-----**1.2.4 – RECLAMAÇÕES SOBRE CONSUMO DE ÁGUA**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:-----

-----“Pela consulta da última acta, da reunião em que estive ausente por motivo de férias, um dos pontos relativo a reclamações de consumos elevados de água e restituição de valores, é referido que a competência foi delegada ao Sr. Presidente por deliberação de 28 de Outubro de 2005, portanto no início deste mandato, e que a partir da última reunião, vai deixar de ser presente nas reuniões de Câmara a análise dessas situações. Eu questiono, se esta era uma competência delegada desde o início do actual mandato, porque é que só agora é que o Sr. Presidente da Câmara chama a si essa delegação de competências.”-----

-----Relativamente a este assunto, o Sr. Presidente esclareceu que apesar de muitos dos assuntos que apresenta em reunião de executivo serem da sua competência, inerente ou que lhe foi delegada, entende que deve fazê-lo por motivos de transparência, abertura e democracia e bem assim por entender que o executivo pode e deve ter conhecimento de alguns desses assuntos, nomeadamente no que diz respeito a questões de licenciamento de publicidade, ocupação de via pública, entre outros. Quanto às reclamações relacionadas com consumo de água e/ou respectivas restituições, entende que o processo decorrerá de uma forma mais célere, com claros benefícios para o munícipe, se, após a reclamação apresentada por determinado consumidor e respectiva informação dos serviços, existir um despacho seu que permita dar seguimento ao processo, que de outra forma teria de aguardar pela reunião de Câmara, que tem uma periodicidade quinzenal.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu ainda que: “não entendo, retira as reclamações de água das reuniões da Câmara Municipal, mas mantém o licenciamento de publicidade e ocupação da via pública. Porquê só as reclamações de água?”-----

-----**1.2.5 – REVISÃO DO MAPA JUDICIÁRIO – POSIÇÃO DA ANMP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

-----“Na passada reunião de 20 de Julho requeri uma cópia da posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a Revisão do Mapa Judiciário. Foi-me apenas enviado o ofício a dar conta do documento, mas o documento em si, que é o mais importante, não me foi enviado, reiterava assim o pedido de cópia do mesmo.”-----

-----Conforme solicitado, o Sr. Presidente entregou de imediato uma cópia do referido documento ao Sr. Vereador José Francisco Rolo.-----

-----**1.2.6 – ÚLTIMA EDIÇÃO DO BOLETIM MUNICIPAL**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

-----“Porque me foi enviado pelo Sr. Presidente da Câmara quero naturalmente acusar a recepção do Boletim Municipal. Agradeço o seu envio, mas mais uma vez quero reiterar o que já disse tantas vezes. Este é aquilo que eu entendo um modelo de Boletim com o qual não concordo em termos de conteúdos, com toda a frontalidade, aliás é uma posição que não é de agora. O Boletim para ser realmente Municipal tem que se abrir a todo o Executivo, aos vários órgãos municipais, mas também às freguesias, ao concelho e às suas instituições. Tenho-o defendido há muito tempo. Quanto ao novo Boletim registei o seu novo formato, mais apelativo, mas também o crescimento do número de exemplares disponibilizados. A penúltima edição, a número 13 do 2º semestre de 2006, foi de 4.000 exemplares, assim como as outras desde o início do mandato. Este número 14 disponibiliza 7.500 exemplares, quase o dobro. Concerteza que o Sr. Presidente da Câmara saberá explicar as razões da multiplicação do número de exemplares. Mais à frente, com uma análise mais atenta e profunda dos seus conteúdos, poderei vir a tecer algumas considerações acerca do documento.”-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que tal como é referido no editorial do próprio Boletim Municipal, a mudança de formato do mesmo tem como objectivo não só ser conciso na informação que presta como levar essa informação a todos os munícipes, através de infomail o que justifica o aumento do número de exemplares, deixando a possibilidade, a cada munícipe, de fazer a sua avaliação da actividade municipal. -----

-----**1.2.7 – RECOLHA DE LIXO/ RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente se tem havido problemas com a recolha de resíduos sólidos urbanos nos últimos dias, uma vez que tem recebido várias queixas com a falta de limpeza dos contentores, situação que aquele responsável referiu desconhecer, manifestando a sua estranheza pela mesma uma vez que há uma viatura a efectuar essa recolha diariamente. -----

-----**2 – ORDEM DO DIA**-----

-----**2.1 - LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA**-----

-----**2.1.1 – MARIA ILDA DA CONCEIÇÃO PAIVA COSTA**-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a concessão da licença para ocupação da via pública com esplanada, com a área de **5m²**, junto ao seu estabelecimento de café, sito no Largo José Pais, nº 10, na localidade de Andorinha, freguesia de Travanca de Lagos, para o período de 1 de Agosto a 30 de Setembro de 2007. - -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido.**-----

-----**2.1.2 – JOÃO PAULO OLIVEIRA NUNES**-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a concessão da licença para ocupação da via pública com esplanada, com a área de **10m²**, junto ao seu estabelecimento de café-mercearia, sito na Rua Luís Vaz de Camões – R/C – 4, em Oliveira do Hospital, para o período de 1 de Julho a 30 de Setembro de 2007. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido.**-----

-----**2.1.3 – JOÃO CARLOS DA FONSECA DINIS**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a concessão da licença para ocupação da via pública com esplanada, com a área de **10m²**, junto ao seu estabelecimento de café, sito no Largo Engº. Figueiredo e Castro nº. 2-A, R/C, freguesia de Santa Ovaia, para o período de 1 de Agosto a 30 de Setembro de 2007.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido.**-----

-----**2.2 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE**-----

-----**2.2.1 – VICTOR MANUEL FORTE VAZ**-----

D.A.G.F. /Proc. 47/9

-----Requer autorização para a instalação de uma placa publicitária no seu estabelecimento de prestação de serviços, sito na Rua Prof. Antunes Varela, nº 4-R/C, em Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.**-----

-----**2.3 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS**-----

-----**A) - AUTARQUIAS**-----

-----**A – 1) - JUNTA DE FREGUESIA DE LAGARES DA BEIRA**-----

D.A.G.F/Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua à Junta de Freguesia de Lagares da Beira, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como comparticipação nas despesas com a intervenção na Rua do Soito, que envolveu nomeadamente abertura, construção de muros e pavimentação, com a pavimentação do Largo da Junta de Freguesia e com a pintura de passadeiras e aplicação de sinalização vertical naquela freguesia.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

-----**A – 2)- JUNTA DE FREGUESIA DE MERUGE**-----

D.A.G.F/Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que conforme solicitado, pela entidade oficiante, atribua à Junta de Freguesia de Meruge, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como apoio à construção de muros, no caminho do Vale da Cabra e no caminho Novo, tendo em vista a necessidade de alargamento dessas vias.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

-----**A – 3) - JUNTA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F/Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que conforme solicitado, pela entidade oficiante, atribua à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

1.700,00 € (Mil e setecentos euros) a título de comparticipação nas despesas havidas com a realização III Semana da Juventude. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

-----**B) - INSTITUIÇÕES**-----

-----**B – 1) – ANCOSE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CRIADORES DE OVINOS DA SERRA DA ESTRELA**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à ANCOSE – Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Serra da Estrela, um subsídio no montante de **1.300,00 € (Mil e trezentos euros)** como apoio à realização do almoço convívio integrado no programa do 22º Concurso Nacional de Ovinos da Serra da Estrela que irá ter lugar nos dias 14 e 15 de Setembro do corrente ano. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

-----**B – 2) – CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA FREGUESIA DE SANTA OVAIA**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Santa Ovaia, um subsídio no montante de **7.500,00 € (Sete mil e quinhentos euros)** como apoio à aquisição de uma viatura para uso no apoio domiciliário prestado por aquela entidade, bem como nas actividades promovidas na mesma -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

-----**B – 3) – CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES E MÁRTIR SÃO PELÁGIO**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Confraria de Nossa Senhora dos Milagres e Mártir de São Pelágio, um subsídio no montante de **2.500,00 € (Dois mil e quinhentos euros)** a título de comparticipação nos custos com a pintura e arranjo de portas e janelas da Capela da Casa das Promessas e da Casa do Santuário. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

-----**2.4 – REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO**-----

D.A.G.F.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente apresentou à Câmara Municipal a seguinte proposta e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----“Considerando que: -----

----- o Regulamento em epígrafe foi aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, em 12 de Novembro de 2006; -----

----- no decurso do ano lectivo findo ocorreram algumas situações de incumprimento dos prazos de pagamento das comparticipações familiares cuja ocorrência, de forma continuada, importa acautelar, não prevendo aquele Regulamento nada a esse respeito. Proponho que a Câmara delibere, no uso da competência que lhe é cometida pela alínea a) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a submissão à Assembleia Municipal, após o necessário período de inquérito público, de uma proposta de inclusão no Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar da Rede Pública do Município de Oliveira do Hospital, de um artigo com o seguinte teor:-----

-----**ARTIGO 13º - A** -----

-----**Pagamentos em Atraso** -----

-----1 – Sempre que no final de cada um dos períodos lectivos o pagamento das comparticipações não tenha sido efectuado, a criança deixará de poder usufruir dos serviços de apoio à família até que a situação seja regularizada. -----

-----2 – Os casos de falta de pagamento das comparticipações familiares motivados por razões de carência económica implicarão a intervenção dos serviços sociais da autarquia que deverão elaborar o respectivo relatório social a submeter à apreciação da Câmara Municipal. -----

-----**Analisado o assunto em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.** -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo solicitou ao Sr. Presidente da Câmara para que, em situações idênticas, lhes seja entregue, junto com a Ordem do Dia, uma cópia das propostas que irão ser objecto de análise em reunião de Câmara de maneira a que, atempadamente, possam reflectir sobre as mesmas. -----

-----**2.5 - PARQUE EÓLICO DA SENHORA DAS NECESSIDADES - EMISSÃO DE PARECER SOBRE VIABILIDADE DA LOCALIZAÇÃO** -----

D.S.T./Proc. 22/1

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício com a referência nº 106/07/DG, datado de 13 de Agosto do corrente ano, remetido pela empresa ENEOP 2 – Exploração de Parques Eólicos, a solicitar a emissão de parecer quanto à viabilidade da localização de um Parque Eólico na Nossa Senhora das Necessidades, freguesia de Aldeia das Dez, concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, informar que nada tem a opor ao pedido de parecer quanto à viabilidade da localização proposta, com a salvaguarda do cumprimento de todas as formalidades legais, nomeadamente, autorização da entidade competente (CCDR - C), de acordo com o Anexo IV da Declaração de Rectificação nº 76/2006, de 6 de Novembro, ponto XIII do Decreto-Lei nº 180/2006, de 18 de Setembro, dado se tratar de área com risco de erosão, incluída em REN.** -----

-----**Declaração de Voto do Sr. Vereador Albano Almeida:** -----

-----“Votei favoravelmente porque me congratulo imenso com a implantação do Parque Eólico, somente lamento o atraso que se verificou na sua concretização. Fiquei muito satisfeito quando soube que esta empresa já tinha arranjado maneira de fazer chegar o vento aos aerogeradores. Acho



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

que devemos insistir junto da empresa para que sejam instalados mais aerogeradores na nossa região, porque quatro são muito poucos.” -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que a instalação dos aerogeradores está dependente dos pontos de entrega já existentes. -----

-----**Declaração de Voto do Sr. Vereador José Francisco Rolo:** -----

-----“Obviamente que voto favoravelmente à emissão do parecer sobre a viabilidade da localização para a instalação do Parque Eólico. Registo com agrado esta intenção de investimento. Este é um tema pelo qual me tenho batido, pelo menos, desde o anterior mandato. Depois de tanta insistência, de vários alertas e recomendações dos esforços que propus que a Câmara Municipal devia fazer para instalar um Parque Eólico no Concelho, finalmente vê-se alguma luz no fundo do túnel. Espero que de facto se concretize na data prevista para o bem do concelho e da freguesia de Aldeia das Dez o que só vem confirmar que o vento que temos hoje é o mesmo que já existia alguns anos atrás e que de alguma forma justifica a instalação do Parque Eólico. Este pedido de viabilidade para a instalação demonstra que na Serra do Açor, no concelho de Oliveira do Hospital, há vento passível de aproveitamento para a instalação de aerogeradores. Quanto aos aspectos a negociar, é importante que se faça negociação no sentido de alargamento de vias, ou pavimentação, ou até intervenções no domínio da recuperação do património ou da paisagem.”-----

-----**2.6 – OBRAS PARTICULARES** -----

-----**2.6.1 – LISTAGEM DOS PROJECTOS DEFERIDOS/ INDEFERIDOS** -----

D.S.T./DOC.2

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----**2.7 – OBRAS MUNICIPAIS** -----

-----**2.7.1 - EMPREITADA DE ADAPTAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE PENALVA DE ALVA PARA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA E BIBLIOTECA - APROVAÇÃO DO PROJECTO, CADERNO DE ENCARGOS E PROGRAMA DE CONCURSO - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO** -----

D.S.T./DOC.3

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, a aprovação do projecto cujo orçamento se releva a 342.280,33 € (Trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e oitenta euros e trinta e três cêntimos), programa de concurso, caderno de encargos e abertura de concurso público da empreitada de “Adaptação da Antiga Escola Primária de Penalva de Alva para sede da Junta de Freguesia e Biblioteca”.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, aprovar a presente proposta.** -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se já tem algum destino previsto para o antigo edifício da Junta de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Freguesia de Penalva de Alva, ao que aquele responsável informou que o edifício é propriedade da Junta de Freguesia pelo que desconhece qual a utilização que lhe pretendem dar futuramente. -----

-----**2.8 - OUTROS ASSUNTOS**-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----

-----**2.8.1 – MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO – DIRECTOR REGIONAL DE ECONOMIA DO CENTRO**-----

D.S.T/ Proc. 22/1

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício com a referência nº 110/2007 – DIR, datado de 08 de Agosto do corrente ano, remetido pelo novo Director Regional de Economia do Centro, Justino Pinto, a apresentar cumprimentos e a manifestar a sua total disponibilidade para colaborar com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**2.8.2 – JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA OVAIA – FESTAS SETEMBRINAS**-----

D.A.G.F./ Proc. 47/10

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício com a referência nº P1/41/2007, datado de 09 de Agosto do corrente ano, remetido pela Junta de Freguesia de Santa Ovaia, que em nome da Sociedade Recreativa de Santa Ovaia, solicita a interdição ao trânsito e estacionamento de viaturas da Rua do Olival da Eira (Rua de acesso ao recinto das festas), naquela freguesia, durante os dias 14, 15 e 16 de Setembro de 2007, em virtude da realização das Festas Setembrinas, ficando apenas autorizados a circular as viaturas dos artistas.-----

-----Face ao solicitado, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, informar a Junta de Freguesia de Santa Ovaia, que autoriza a interdição ao trânsito e estacionamento de viaturas da Rua do Olival da Eira, naquela freguesia, durante os dias pretendidos, salvaguardando o acesso a todos aqueles que residem na mesma ou a quem eventualmente seja proprietário de uma garagem na referida rua.-----

-----**2.8.3 – EMPREITADA DE ANFITEATRO ROMANO DA BOBADELA**-----

D.S.T

-----O Sr. Presidente informou a Câmara Municipal de que a candidatura apresentada para financiamento da empreitada do Anfiteatro Romano da Bobadela foi homologada pela Sra. Ministra da Cultura em 27 de Julho de 2007, e que a abertura de propostas terá lugar no próximo dia 06 de Setembro do corrente ano.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**2.8.4 – REUNIÕES DE CÂMARA – ALTERAÇÃO**-----

D.A.G.F.

-----Por proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, retomar novamente o dia de realização das reuniões camarárias para as terças-feiras de quinze em quinze dias, de acordo com o previsto no Regimento da Câmara Municipal, aprovado em reunião de Câmara de 10 de Novembro de 2005.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Em face do exposto foi igualmente deliberado, agendar as próximas reuniões ordinárias até ao final do ano de 2007 para os dias 11 e 25 de Setembro, 9 e 23 de Outubro, 6 e 20 de Novembro e 4 e 18 de Dezembro, com início às 10 horas. -----

----- **2.8.5 – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 03 DE AGOSTO DE 2007 – ACTA Nº 16 – “4.2.1 - ACCÃO SOCIAL ESCOLAR - MAPA MENSAL DE PAGAMENTOS DE REFEIÇÕES – MÊS DE JUNHO /2007”** -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros, proceder à rectificação da deliberação camarária de 03 de Agosto de 2007, ponto “4.2.1 - ACCÃO SOCIAL ESCOLAR - MAPA MENSAL DE PAGAMENTOS DE REFEIÇÕES – MÊS DE JUNHO /2007”, no sentido de esclarecer que, onde se lê “...pagamento de refeições referentes ao mês de Maio de 2007...”, dever-se-á ler “...pagamento de refeições referentes ao mês de Junho de 2007...”. -----

----- **3 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES** -----

----- **3.1- INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES** -----

----- **3.1.1 - ACCÃO SOCIAL ESCOLAR - MAPA MENSAL DE PAGAMENTOS DE REFEIÇÕES – MÊS DE JULHO /2007** -----

D.A.G.F./Proc.29/7/DOC.4

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes propôs à Câmara Municipal a atribuição dos subsídios descritos no mapa que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, às instituições do concelho, para efeitos de pagamento de refeições referentes ao mês de Julho de 2007, no total de **10.234,82 € (Dez mil, duzentos e trinta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos)**. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

----- **3.1.2 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – DIRECCÃO REGIONAL DO CENTRO** -----

D.A.G.F./PROC. 29

-----Foi presente pela Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes um *email*, remetido em 01 de Agosto do corrente ano pela entidade acima referenciada, a dar conhecimento das escolas a suspender no próximo ano lectivo, no âmbito do processo de requalificação da rede do 1º CEB, a saber, escola do 1º CEB da Sobreda, freguesia de Seixo da Beira e escola do 1º CEB de Negrelos, freguesia de Travanca de Lagos, deste concelho. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o nº 4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. - -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretária redigi. -----

----- Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 17 de Agosto de 2007 -----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
17 DE AGOSTO DE 2007**

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**